

Carta faz 150 remissões à lei complementar e

de setembro de 1988 — POLÍTICA — A - 5

ordinária

A COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Ulysses Guimarães (PMDB-SP)
Co-presidentes: Afonso Arinos (PSDB-RJ) e Jarbas Passarinho (PDS-PA)
Relator: Bernardo Cabral (PMDB-AM)

Titulares

PMDB: Bernardo Cabral, Luiz Viana Filho, Néelson Jobim, Tito Costa, Ulysses Guimarães
PFL: Ricardo Fiuzza, Humberto Souto
PSDB: Fernando Henrique Cardoso
PDS: Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho
PDT: Vivaldo Barbosa
PTB: Sálton Borges dos Reis
PT: Plínio de Arruda Sampaio
PL: Adolfo Oliveira
PDC: José Maria Eymael
PC do B: Haroldo Lima
PCB: Roberto Freire
PSB: Ademir Andrade

Assessores especiais

Celso Ferreira da Cunha
 José Afonso da Silva

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS

Dia	Atividade
2 a 8 de setembro	Redação do texto aprovada no 2º turno pelo relator Bernardo Cabral
9 de setembro	Distribuição da redação aos membros da Comissão de Redação
13 e 14 de setembro	Reunião da Comissão de Redação
15 de setembro	Distribuição, aos constituintes, da redação aprovada pela Comissão
16 e 17 de setembro	Apresentação, pelos constituintes, de propostas de redação à Comissão
18 de setembro	Publicação e distribuição das propostas dos constituintes
19 e 20 de setembro	Reunião da Comissão de Redação para apreciação das propostas
21 de setembro	Publicação e distribuição da redação final
22 de setembro	Reunião plenária do Congresso constituinte para votação global e em turno único da redação final

Da Sucursal de Brasília



A regulamentação da eleição presidencial, a Lei Orgânica da Magistratura, do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União, a lei de diretrizes orça-

mentárias e o Código Tributário Nacional. Estas são algumas das prioridades do Congresso Nacional na elaboração de leis ordinárias e complementares que vão garantir a aplicação de vários pontos da nova Carta, segundo o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Néelson Jobim (RS), 42.

Seu gabinete elaborou uma lista dos 150 dispositivos das Disposições Permanentes que remetem à normatização de vários direitos e deveres para leis complementares ou ordinárias. A aprovação das leis complementares se faz pela maioria absoluta (metade dos membros mais um) de cada uma das duas Casas do Congresso (Câmara e Senado). As leis ordinárias são aprovadas por maioria relativa (metade dos presentes mais um, garantida a presença mínima de metade dos membros mais um).

O promotor de Justiça Eduardo Ferrão, que assessoria a liderança do PMDB e realizou o levantamento, disse que na sexta-feira devem estar definidas as remissões das Disposições Transitórias. Jobim não acredita que a votação dessa nova legislação se inicie este ano, e considera como elementos que irão reduzir a velocidade do processo a eleição municipal de novembro, a renovação das Mesas da Câmara e Senado no início do ano que vem e a eleição presidencial. "Algumas leis independem do Congresso, como a lei de custeio e benefícios da previdência social", disse o líder peemedebista.

Jobim acha que os próximos cinco anos vão se caracterizar por "uma instabilidade jurídica".

Fogaça diz que Comissão de Redação não está mudando conteúdo do texto

Da Sucursal de Brasília

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse ontem que os relatores da Comissão de Redação, encarregados de fazer a revisão do texto aprovado em segundo turno, não estão colocando inovações em relação à matéria votada em plenário. "Não tocamos no mérito de nenhuma questão", afirmou Fogaça, respondendo ao senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que considera anti-regimental qualquer alteração que não diga respeito a correção redacional e de técnica legislativa.

Juntamente com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os relatores-adjuntos Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), Fogaça está preparando um relatório final do trabalho de revisão. Segundo ele, o relatório está terminado amanhã

de manhã, quando será entregue ao presidente do Congresso constituinte e da Comissão de Redação, Ulysses Guimarães (PMDB-SP). O relatório será composto de duas partes:

1) Um registro detalhado de "todos os ajustes técnicos realizados" (reordenamento do texto, renumeração dos artigos, remissões a outros dispositivos, deslocamento de dispositivos das Disposições Transitórias para as Permanentes).

2) Roteiro de trabalho para a Comissão de Redação, com dois grupos de sugestões. Um primeiro grupo, com cerca de 30 sugestões, foi enviado aos relatores por vários constituintes, com um "nível de alcance que impede o relator de opinar sobre o acolhimento". Segundo Fogaça, um exemplo é a sugestão do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), que propôs a trans-

formação do grupo de artigos que trata do Ministério Público em um capítulo à parte, o que "eleva seu status institucional". Um segundo grupo é formado por sugestões dos relatores, com "ajustes formais" que julgam recomendáveis, como a correção de omissões (Imposto de Renda para presidente e ministros, discriminação dos bens do DF).

Os relatores contam com o auxílio de dois assessores especiais: o advogado José Afonso da Silva e o filólogo Celso Ferreira da Cunha. José Afonso, 63, é professor de Legislação Tributária da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo (1983-1986). Celso Cunha, 71, foi professor de língua e literatura portuguesa na Universidade de Sorbonne (na França).

Chalés Hotel
Fazenda
VALE DO SOL
 SERRA NEGRA